

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência 179/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
179/2025	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	JOHN CARLOS BENICIO GOMES	10/09/2025 12:06 (v 6.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		00088.000231/2024-86

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para aquisição de arranjos de flores nobres, tropicais e de campo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	Unidade de Medida	Qtd	Preço Unitário	Preço Total
1	Arranjo floral para centro para compor decoração de mesa retangular, medindo 60 cm de comprimento por 20 cm de largura e 20 cm de altura, contendo no mínimo 40 flores nobres como callas, narciso, jacinto, hortênsia, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gerbera, lisianthus, íris, tulipa, antúrio, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo, orquídea e folhagens como eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia. Os arranjos deverão ser entregues em bases.	607835	Unidade	20	R\$ 390,00	R\$ 7.800,00
2	Arranjo floral em estilo contemporâneo para compor decoração de mesa de buffet ou café, medindo 1 metro de altura, com 60 cm de diâmetro, com elementos pendentes, composto por no mínimo 80 unidades de flores nobres de 1ª qualidade, tipo: callas, narciso, jacinto, hortênsia, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gerbera, lisianto, íris, tulipa, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo, cravínea, orquídea e e folhagens como eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia.	607835	Unidade	15	R\$ 670,00	R\$ 10.050,00
	Arranjo floral para decoração de plenário em estilo retangular, tipo jardineira, medindo 1,50 m de comprimento por 30 cm de largura e 30 cm de altura, composto por no mínimo 48					

3	flores nobres de 1ª qualidade, tipo: callas, narciso, jacinto, hortênsia, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gérbera, lisianto, íris, tulipa, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo, orquídea e folhagens como eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia.	607835	Unidade	15	R\$ 560,00	R\$ 8.400,00
4	Arranjo floral para eventos formais, desenvolvido para mesa de 20 lugares, em estilo trilho, composto por, no mínimo 1,50 m de comprimento vinte centímetros de altura e 25 cm de largura, contendo o mínimo de 48 flores nobres de 1ª qualidade, tipo: callas, narciso, jacinto, hortênsia, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gérbera, lisianto, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo, cravínia, orquídea e folhagens como eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia.	607835	Unidade	20	R\$ 560,00	R\$ 11.200,00
5	Buquê com apresentação artística para homenagens com aproximadamente 50 cm de diâmetro por aproximadamente 30 cm de comprimento, contendo o mínimo de 24 unidades flores nobres de 1ª qualidade, tipo: callas, narciso, jacinto, hortênsia, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gérbera, lisianto, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, cravo, orquídea. Flores tropicais de 1ª qualidade, tipo: azaleia, alpinia, mini abacaxi, bastão do imperador, entre outras e folhagens como eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia.	602700	Unidade	30	R\$ 280,00	R\$ 8.400,00
6	Coroa fúnebre ou Corbélia – ENTREGA LOCAL (Distrito Federal), em formato oval ou redondo, a ser especificado pelo demandante, medindo, no mínimo, 2,00 m de altura por 1,50 m de largura, com, no mínimo, 200 flores nobres de 1ª qualidade, tipo: callas, narciso, jacinto, rosa, copo de leite, lírio, crisântemo, gérbera, lisianto, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo, orquídea, com e folhagens como eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia. Acompanha faixa de homenagem escrita. O item deverá ser entregue no local estabelecido pelo demandante.	610261	Unidade	20	R\$ 2.000,00	R\$ 40.000,00
7	Coroa fúnebre ou Corbélia – ENTREGA INTERESTADUAL, em formato oval ou redondo, a ser especificado pelo demandante, medindo, no mínimo, 2,00 m de altura por 1,50 m de largura, com, no mínimo, 200 flores nobres de 1ª qualidade, tipo: callas, narciso, jacinto, rosa, copo de leite, lírio, crisântemo, gérbera, lisianto, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo, orquídea, com e folhagens como eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia. Acompanha faixa de homenagem escrita. O item deverá ser entregue no local estabelecido pelo demandante.	610261	Unidade	50	R\$ 3.000,00	R\$ 150.000,00

8	Orquídea Phalaenopsis – Unidade. Com floração nova, tamanho mínimo entre 40 cm a 50 cm de altura. As flores deverão possuir aproximadamente 4cm de diâmetro, em cores variadas. Deverá ser plantada em caxepô, conforme tipos de base descritos no item 4.2.1, com acabamento artístico (com casca de madeira, musgo, mini samambaia, mini folhagem verde).	607835	Unidade	50	R\$ 380,00	R\$ 19.000,00
9	Arranjo de orquídea phalaenopsis, contendo, no mínimo, 05 unidades, floração nova, tamanho entre 40 cm a 50 cm de altura e as flores deverão possuir aproximadamente 4 cm de diâmetro, em cores variadas. Deverão ser plantadas em caxepô, conforme tipos de base descritos no item 4.2.1, com acabamento artístico (com casca de madeira, musgo, mini samambaias ou mini folhagens verdes). A floração deverá possuir uma durabilidade de, no mínimo, 20 (vinte) dias.	607835	Unidade	10	R\$ 952,00	R\$ 9.520,00
10	Árvore de natal artificial, aproximadamente 3m de altura por 1,50 m de base, decorada de forma artística, com enfeites de motivo natalinos à escolha do demandante, tais como: festão, bolas coloridas, brocadas ou lisas, em plástico ou fibra de vidro, anjos e Papai Noel de diversos tamanhos e formatos, lâmpadas elétricas coloridas (pisca pisca), laços de cetim em diversos em tecidos lisos e bordados, guirlandas, gnomos, velas, com saia em veludo vermelho ou verde. A quantidade de enfeites deve estar alinhada com o tamanho da árvore e respeitar os seguintes requisitos: beleza, harmonia e proporcionalidade.	610258	Unidade	5	R\$ 2.000,00	R\$ 10.000,00
11	Arranjo para centro de mesa redonda, em estilo peteca, medindo no mínimo 50 cm (cinquenta centímetros) de diâmetro por 20 cm (vinte centímetros) de altura, com no mínimo 48 unidades de flores nobres tipo: callas, narciso, boca de leão, astromélias, hortênsia, jasmim, rosas, angélica, copo de leite, lírio, gérbera, lisianto, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio, gipsofila, cravo e orquídeas, nas cores estabelecidas pelo demandante, além de e folhagens como costela de adão, filodendros, eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia. .	607835	Unidade	10	R\$ 450,00	R\$ 4.500,00
12	Arranjo floral em estilo artístico contemporâneo para grandes espaços, com formato irregular, arqueado, medindo aproximadamente, 1m de altura por 80 cm de diâmetro, composto por flores tropicais e sazonais - mínimo de 60 flores nobres, tais como: callas, narciso, jacinto, hortênsia, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gérbera, lisianto, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo, cravínia, alpinia, bastão do imperador, rosas orquídea e folhagens como costela de adão, filodendros, eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia.	607835	Unidade	10	R\$ 720,00	R\$ 7.200,00
	Arranjo floral com frutas em estilo contemporâneo para centro de mesa retangular, medindo no mínimo 50 cm de					

13	comprimento, 25 cm de largura e 25 cm de altura, composto por aproximadamente, 24 unidades de frutas como limão siciliano, maçã tipo red, maçã tipo verde, pitayas. O arranjo deve ser composto por, no mínimo, 36 unidades de flores nobres, tipo: callas, narciso, jacinto, hortênsia, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gérbera, lisianthus, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo, orquídea e folhagens como costela de adão, filodendros, eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia.	607835	Unidade	10	R\$ 600,00	R\$ 6.000,00
14	Arranjo floral com frutas em estilo contemporâneo para centro de mesa retangular, medindo no mínimo 70 cm de comprimento, 25 cm de largura e 25 cm de altura, composto por aproximadamente, 36 unidades de frutas como limão siciliano, maçã tipo red, maçã tipo verde, pitayas. O arranjo deve ser composto por, no mínimo, 48 unidades de flores nobres, tipo: callas, narciso, jacinto, hortênsia, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gérbera, lisianthus, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo, orquídea e folhagens como costela de adão, filodendros, eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia.	607835	Unidade	20	R\$ 790,00	R\$ 15.800,00
15	Arranjo estilo jardineira para centro de mesa retangular, medindo no mínimo 70 cm (setenta centímetros) de comprimento, 25cm (vinte e cinco centímetros) de largura e 20cm (vinte centímetros) de altura, composto por no mínimo 60 unidades de flor nobre, tipo: callas, narciso, jacinto, calandivia, hortênsia, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gérbera, lisianthus, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo e orquídea, complementos e 36 unidades de frutas da estação (3 a 4 tipos de frutas).	607835	Unidade	20	R\$ 680,00	R\$ 13.600,00
16	Alcachofra (Pacote)	610262	Unidade	15	R\$ 100,00	R\$ 1.500,00
17	Alpinia (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 54,50	R\$ 545,00
18	Ananás (pacote/caixa)	610262	Unidade	20	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
19	Crisântemo Anastasia (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 157,00	R\$ 1.570,00
20	Aspargo Vassourinha (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 78,00	R\$ 780,00
21	Alecrim (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 62,00	R\$ 1.240,00
22	Anemone (pacote/caixa)	610262	Unidade	20	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00
23	Asclepias (pacote)	610262	Unidade	75	R\$ 80,00	R\$ 6.000,00
24	Aster (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 50,00	R\$ 500,00
25	Astromélia - cores (Pacote)	610262	Unidade	15	R\$ 80,00	R\$ 1.200,00
26	Avencas (pacote)	610262	Unidade	25	R\$ 111,00	R\$ 2.775,00
27	Azaleia pt 14 (Pote)	610262	Unidade	15	R\$ 80,00	R\$ 1.200,00
28	Bastão-do-imperador (rosa e vermelho) (Pacote)	610262	Unidade	30	R\$ 79,00	R\$ 2.370,00
					R\$	

29	Boca-de-leão (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 102,00	R\$ 1.020,00
30	Bromélia Cynaroide (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 138,00	R\$ 1.380,00
31	Bromélia aérea (pacote/caixa)	610262	Unidade	10	R\$ 150,00	R\$ 1.500,00
32	Bromélia africanas rosa e branca (Pote)	610262	Unidade	20	R\$ 91,00	R\$ 1.820,00
33	Bromélia variadas pt 14 (Pote)	610262	Unidade	15	R\$ 130,00	R\$ 1.950,00
34	Callas (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 108,00	R\$ 2.160,00
35	Celosia - cores (Pacote)	610262	Unidade	15	R\$ 110,00	R\$ 1.650,00
36	Copo-de-leite (Pacote)	610262	Unidade	15	R\$ 66,00	R\$ 990,00
37	Cravo - cores (Pacote)	610262	Unidade	15	R\$ 66,00	R\$ 990,00
38	Cravinas (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 147,50	R\$ 1.475,00
39	Crisântemo Anastasia (Pacote)	610262	Unidade	15	R\$ 140,00	R\$ 2.100,00
40	Crisântemo Margarida (pacote)	610262	Unidade	15	R\$ 65,00	R\$ 975,00
41	Crisântemo pompom (pinocchio) (Pacote)	610262	Unidade	15	R\$ 107,50	R\$ 1.612,50
42	Cúrcuma cores variadas (Pacote)	610262	Unidade	60	R\$ 118,00	R\$ 7.080,00
43	Dracena Alba / roxa - folha (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 56,00	R\$ 1.120,00
44	Echeveria PT 15 (pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 45,00	R\$ 900,00
45	Estrelícia (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 98,00	R\$ 1.960,00
46	Eucálio (Pacote)	610262	Unidade	60	R\$ 80,00	R\$ 4.800,00
47	Flor da Alcachofra (Pacote)	610262	Unidade	15	R\$ 179,00	R\$ 2.685,00
48	Flor de Gengibre (Pacote)	610262	Unidade	30	R\$ 118,00	R\$ 3.540,00
49	Flor de Lótus (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 224,00	R\$ 2.240,00
50	Flor semente de Lótus (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 200,00	R\$ 2.000,00
51	Flores de Antúrio - branco (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 200,00	R\$ 4.000,00
52	Flores de Antúrio - rosa (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 150,00	R\$ 3.000,00
53	Flores de Antúrio - verde (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 193,00	R\$ 3.860,00
54	Flores de Antúrio - vermelho (Pacote)	610262	Unidade	60	R\$ 184,00	R\$ 11.040,00
55	Flores Tropicais (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 75,00	R\$ 1.500,00
56	Folha de Antúrio (Pacote)	610262	Unidade	15	R\$ 115,00	R\$ 1.725,00
57	Folha de Monstera (Pacote)	610262	Unidade	15	R\$ 73,00	R\$ 1.095,00
58	Folha de Moréia (Pacote)	610262	Unidade	15	R\$ 63,00	R\$ 945,00
59	Folhas de Camélia (Pacote)	610262	Unidade	15	R\$ 80,00	R\$ 1.200,00
60	Fórmio (pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 62,50	R\$ 625,00
61	Fotinia (vermelhas e verde) (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 68,00	R\$ 1.360,00
62	Gérbera (Caixa)	610262	Unidade	30	R\$ 156,00	R\$ 4.680,00
63	Gipsofila (Pacote)	610262	Unidade	30	R\$ 80,00	R\$ 2.400,00
64	Girassol (verdes e amarelos) (Pacote)	610262	Unidade	30	R\$ 80,00	R\$ 2.400,00
					R\$	

65	Gladiolus (Palma) (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 120,00	R\$ 2.400,00
66	Gloriosa (tipo cabo longo) (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 147,50	R\$ 1.475,00
67	Heliconia bihai (Pacote)	610262	Unidade	30	R\$ 70,00	R\$ 2.100,00
68	Helicônia Chocolate (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 80,00	R\$ 1.600,00
69	Helicônia Golden Torch/Papagaio (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 80,00	R\$ 1.600,00
70	Helicônia papagaio (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 80,00	R\$ 1.600,00
71	Hortênsias coloridas (Pacote)	610262	Unidade	30	R\$ 99,00	R\$ 2.970,00
72	Hypericum vermelho e verde (Pacote)	610262	Unidade	30	R\$ 80,00	R\$ 2.400,00
73	Iris (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 137,00	R\$ 1.370,00
74	Íris azul (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 156,00	R\$ 1.560,00
75	Íris branca (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 137,00	R\$ 2.740,00
76	Jacinto (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 180,00	R\$ 1.800,00
77	Junco (Pacote)	610262	Unidade	15	R\$ 43,00	R\$ 645,00
78	Leque G (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 79,00	R\$ 1.580,00
79	Leque M (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 110,00	R\$ 2.200,00
80	Leque P (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
81	Limonium Lilás (pacote/caixa)	610262	Unidade	10	R\$ 67,50	R\$ 675,00
82	Lírio (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
83	Lírio Asiático - vermelho, rosa ou laranja (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 142,50	R\$ 1.425,00
84	Lírio Stargazer (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 142,50	R\$ 1.425,00
85	Lisianthus Eustoma (Pacote)	610262	Unidade	30	R\$ 95,00	R\$ 2.850,00
86	Mini abacaxi / Ananás (Pacote)	610262	Unidade	25	R\$ 80,00	R\$ 2.000,00
87	Mini-heliconias (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 98,00	R\$ 980,00
88	Mini-Orquídea Phalaenopsis (Pote)	610262	Unidade	30	R\$ 140,00	R\$ 4.200,00
89	Mini-rosas - cores (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 94,50	R\$ 1.890,00
90	Molucela (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 92,50	R\$ 925,00
91	Musgo Branco Esfagno (saco)	610262	Unidade	15	R\$ 111,00	R\$ 1.665,00
92	Musgo Fofão (Caixa)	610262	Unidade	15	R\$ 69,00	R\$ 1.035,00
93	Musgo Verde Seco (saco)	610262	Unidade	15	R\$ 115,00	R\$ 1.725,00
94	Narciso (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 250,00	R\$ 5.000,00
95	Orquídea Cattleya PT 15 Ceasa (Pote)	610262	Unidade	15	R\$ 220,00	R\$ 3.300,00
96	Orquídea Cymbidium (Pote)	610262	Unidade	50	R\$ 220,00	R\$ 11.000,00
97	Orquídea Dendrobium PT 12 Premium (Pote)	610262	Unidade	40	R\$ 220,00	R\$ 8.800,00
98	Orquídea Denphal (Pote)	610262	Unidade	40	R\$ 220,00	R\$ 8.800,00
99	Orquídea Oncidium Chuva de ouro (Pote)	610262	Unidade	20	R\$ 220,00	R\$ 4.400,00
100	Orquídea Phalaenopsis coloridas (Pote)	610262	Unidade	40	R\$ 250,00	R\$ 10.000,00

101	Orquídea Sapatinho (pote/pacote/caixa)	610262	Unidade	20	R\$ 250,00	R\$ 5.000,00
102	Orquídeas (pote/pacote/caixa)	610262	Unidade	20	R\$ 350,00	R\$ 7.000,00
103	Pitosporo (Pacote)	610262	Unidade	15	R\$ 65,00	R\$ 975,00
104	Rosa Ambiance 40 cm (pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 117,50	R\$ 1.175,00
105	Rosas importadas Equatorianas (cabo longo) (Pacote)	610262	Unidade	150	R\$ 270,00	R\$ 40.500,00
106	Rosas nacionais tipo exportação (cabo longo) - cores (Pacote)	610262	Unidade	30	R\$ 128,00	R\$ 3.840,00
107	Rosas Spray - cores (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 80,00	R\$ 1.600,00
108	Rosas Vermelhas Samourai (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 150,00	R\$ 1.500,00
109	Roseira Pt 06 (pote)	610262	Unidade	20	R\$ 48,00	R\$ 960,00
110	Ruscus (Pacote)	610262	Unidade	30	R\$ 80,00	R\$ 2.400,00
111	Sementes de Cheflera (Pacote)	610262	Unidade	15	R\$ 80,00	R\$ 1.200,00
112	Sementes de Ligustro (Pacote)	610262	Unidade	50	R\$ 80,00	R\$ 4.000,00
113	Suculenta G (Pote)	610262	Unidade	10	R\$ 82,00	R\$ 820,00
114	Suculenta M (Pote)	610262	Unidade	10	R\$ 55,00	R\$ 550,00
115	Suculenta Orelha de elefante (Pote)	610262	Unidade	10	R\$ 123,00	R\$ 1.230,00
116	Tango (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 47,00	R\$ 940,00
117	Tuias (pinheiros) (Pacote)	610262	Unidade	10	R\$ 85,00	R\$ 850,00
118	Tulipas (Pacote)	610262	Unidade	30	R\$ 186,00	R\$ 5.580,00
119	Urucum (Pacote)	610262	Unidade	30	R\$ 67,00	R\$ 2.010,00
120	Vaso cachepô em rattam 25 X 19 cm	610262	Unidade	5	R\$ 270,00	R\$ 1.350,00
121	Vaso decorativo em cerâmica estilo vietnamita medindo altura 24cm x 23 cm base 15cm	610262	Unidade	10	R\$ 470,00	R\$ 4.700,00
122	Vaso decorativo em vidro estilo aquário 4,5 litros	610262	Unidade	10	R\$ 175,00	R\$ 1.750,00
123	Vaso decorativo em vidro estilo aquário 9 litros	610262	Unidade	10	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00
124	Vaso decorativo em vidro transparente formato tubo cilíndrico medindo 30 cm x 10 cm	610262	Unidade	10	R\$ 180,00	R\$ 1.800,00
125	Vaso decorativo em vidro transparente formato tubo cilíndrico medindo 40 cm X 14 cm	610262	Unidade	10	R\$ 210,00	R\$ 2.100,00
126	Vaso decorativo em vidro transparente formato tubo cilíndrico medindo 60 cm x 30 cm	610262	Unidade	10	R\$ 330,00	R\$ 3.300,00
127	Vaso estilo jardineira com alças em metal envelhecido medindo aproximadamente 80 x 40 cm	610262	Unidade	10	R\$ 565,00	R\$ 5.650,00
128	Vaso estilo jardineira com alças em metal envelhecido medindo aproximadamente 50 x 30 cm	610262	Unidade	10	R\$ 415,00	R\$ 4.150,00
129	Vaso vidro espelhado para arranjos 13,5x40cm	610262	Unidade	5	R\$ 230,00	R\$ 1.150,00
130	Vime torto (Pacote)	610262	Unidade	30	R\$ 102,50	R\$ 3.075,00
131	Xanadu (Pacote)	610262	Unidade	20	R\$ 67,50	R\$ 1.350,00
132	Esponja Floral - Resina Fenólica Retangular, medindo aprox 23 cm X 10cm X 7 cm (Caixa)	610262	Unidade	50	R\$ 35,00	R\$ 1.750,00
Valor total					R\$	650.817,50

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de Vigência

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de 1 (um) ano, contados da assinatura, prorrogável por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº14.133, de 2021.

1.3.1. Havendo prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, será admitida a renovação dos exatos quantitativos estabelecidos pela Ata de Registro de Preços, desde que seja comprovado o preço vantajoso e ocorra dentro do prazo de sua vigência.

Outras informações

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5.A contratação será firmada por meio de aceite da Nota de Empenho, tendo em vista tratar-se de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, na forma do Art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000004/2025;
- Data de publicação no PNCP: 15/05/2024;
- Id do item no PCA: 402;
- Classe/Grupo: 8710 - FORRAGENS E ALIMENTOS;
- Identificador da Futura Contratação:110001-268/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Item 6 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- 4.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 4.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substance), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexa valente (Cr (Vi)), cádmio (Cd) bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Subcontratação

4.2. Será permitida subcontratação exclusivamente para o item coroa de flores, quando solicitada entrega fora do Distrito Federal.

4.3. Não será permitida a subcontratação dos demais itens licitados no objeto contratual, em razão das especificidades da Presidência da República e a necessidade dos fornecimentos serem coordenados entre si.

4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.6. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.9. Considerando a natureza do objeto licitatório, com o propósito de se atender às demandas do Gabinete Pessoal ao longo do ano, é conveniente sua aquisição com previsão de entregas parceladas. Ainda por sua natureza, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, considerando que não há datas pré-fixadas para as solicitações.

4.10. A adoção pelo Sistema de Registro de Preços - SRP dá-se pelas características do objeto, havendo necessidade de solicitações frequentes, conforme preceitua o art. 3º, inc. I e II, do Decreto nº 11.462/2023.

4.11. Nesse sentido, é necessário que a permissão à adesão à ata de registro de preços, durante a sua vigência, restrinja-se aos órgãos da Presidência da República, dada a especificidade da contratação, cujo escopo foi definido para atender ao eventos do Gabinete do Presidente da República.

4.11.1. Considerando o disposto no inciso XI do Art. 15 do Decreto 11.462, de 2023, não será permitida a adesão posterior à Ata de Registro de Preços a órgãos não participantes, visto que a Coordenação de Serviços Gerais não dispõe de capacidade para gerenciamento, exceto para os órgãos integrantes da estrutura da Presidência da República.

4.12. A intenção de registro de preços na presente contratação se demonstra inviável tendo em vista uma série de responsabilidades por parte do órgão ou entidade gerenciadora, neste caso a Presidência da República, que dentre outras funções já exercidas perante o processo teria de, nos termos do art. 7º do Decreto nº 11.462 de março de 2023:

III - consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

(...)

VI - confirmar, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência ou projeto básico, caso o órgão ou a entidade gerenciadora entenda pertinente;

(...)

IX - gerenciar a ata de registro de preços;

X - conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;

(...)

XIII - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las no SICAF;

XIV - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF;

4.12.1. Dessa forma, tendo em vista que toda a gestão da ARP partiria da Presidência, com a prerrogativa de estabelecer o número máximo de participantes, e que esta Coordenação não conta com um número adequado de servidores para todas estas ações, optase por não permitir a participação de outros órgãos e entidades na presente licitação.

4.12.2 Também não será possível a adesão tardia (carona) ao presente registro de preços.

4.13. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de 1 (um) ano, contados da assinatura da mesma, prorrogável por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº14.133, de 2021.

4.13.1. Havendo prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, será admitida a renovação dos exatos quantitativos estabelecidos pela Ata de Registro de Preços, desde que seja comprovado o preço vantajoso e ocorra dentro do prazo de sua vigência.

Da exigência de amostra:

4.14. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores.

4.15. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.15.1. Item 6 - Coroa fúnebre ou Corbélia, em formato oval ou redondo, a ser especificado pelo demandante, medindo, no mínimo, 2,00 m de altura por 1,50 m de largura, com, no mínimo, 200 flores nobres de 1ª qualidade, tipo: callas, narciso, jacinto, rosa, copo de leite, lírio, crisântemo, gerbera, lisianto, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo, orquídea, com e folhagens como eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia. Acompanha faixa de homenagem escrita. O item deverá ser entregue no local estabelecido pelo demandante..

4.15.2. Item 15 - Arranjo estilo jardineira para centro de mesa retangular, medindo no mínimo 70 cm (setenta centímetros) de comprimento, 25cm (vinte e cinco centímetros) de largura e 20cm (vinte centímetros) de altura, composto por no mínimo 60 unidades de flor nobre, tipo: callas, narciso, jacinto, calandivia, hortências, jasmin, rosa, copo de leite, lírio, gerbera, lisianto, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo e orquídea, complementos e 36 unidades de frutas da estação (3 a 4 tipos de frutas).

4.16. As amostras poderão ser entregues no endereço Avenida N2, Complexo Serviços Gerais - Bairro Zona Cívico Administrativa, Brasília/DF, no prazo limite de 1 (um) dia útil, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.17. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.19. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: frescura e aparência geral das flores, limpeza do arranjo, se estão danificadas ou murchas, respeito às espécies solicitadas, cores, quantidade, bem como ao tamanho e estilo desejados;

4.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.22. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.23. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.24. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 2 (dois) dias, após as quais poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.25. A critério da Administração, a amostra aprovada poderá ser contabilizada como unidade fornecida

4.26. A exigência das amostras visa resguardar a Administração de interessados inexperientes ou incapazes de fornecimento dentro dos altos padrões exigidos pela área demandante. O Palácio do Planalto abriga as mais altas autoridades do Poder Executivo, sendo que seus eventos contam com a presença de outras autoridades nacionais e internacionais.

Parcelamento da solução

4.27. A natureza do objeto não permite seu fracionamento por itens. Os bens são extremamente interdependentes, sendo que os arranjos de flores devem se harmonizar na composição do ambiente.

4.28. A compra parcelada poderia prejudicar o Princípio da Vantajosidade uma vez que o preço final de uma compra de vários itens de um mesmo fornecedor geralmente é menor do que de apenas um item.

4.29. Dentro do modelo de execução contratual da Presidência da República, os itens não podem ser pedidos em sua totalidade, pois visam ao atendimento das solicitações esporádicas dos setores requisitantes para realização de eventos, solenidades. Trata-se de um modelo contratual para atendimento às diversas demandas que eventualmente podem surgir.

4.30. Considerando o previsto no § 1º do Art. 82 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Art. 12 do Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023, a contratação de uma única empresa se justifica pela eficiência na administração do contrato, o gerenciamento centralizado das entregas, o acompanhamento, a fiscalização e principalmente em razão da própria logística da empresa contratada que possibilita maior economia de escala, além de manter uma padronização da qualidade dos itens demandados.

4.31. Considera-se ainda a prevenção de problemas advindos na fase da gestão contratual, quanto às entregas frustradas de materiais em pequenos volumes e de valores irrisórios, que tornam o fornecimento economicamente prejudicial ou inviável à contratada, ocasionando atrasos na entrega e mesmo sua recusa, resultando em instauração de processos sancionadores, que oneram o custo administrativo vinculado à aquisição dos materiais. Nesse sentido, o agrupamento possibilita a redução dos custos logísticos.

4.32. Em razão das especificidades da Presidência da República e a necessidade de as entregas serem coordenadas entre si, o agrupamento dos itens em grupo único é a melhor opção no que tange à customização, uniformização e racionalização dos custos e procedimentos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. O objeto será executado sob demanda. Cada demanda corresponderá a uma “Solicitação de Fornecimento”, emitida pela área demandante, por meio do gestor da ata, que definirá os tipos e quantidades de itens a serem confeccionados e entregues, além da data e hora da entrega. O prazo de entrega será indicado por ocasião da solicitação.

5.2. Para atendimento aos eventos agendados, o licitante deverá entregar os itens solicitados pela Contratante no local designado com antecedência mínima de uma hora do início da solenidade.

5.3. No caso de demandas urgentes e imprevistas, os itens solicitados deverão ser entregues no local designado pela Contratante no prazo máximo de 2 (duas) horas, se o atendimento for no Distrito Federal, e, no caso de coroa fúnebre, no prazo máximo de 4 (quatro) horas, se o atendimento for Interestadual, contados a partir do recebimento da Solicitação de Fornecimento.

5.4. A Solicitação de Fornecimento poderá ser encaminhada por meio de e-mail, mensagem via aparelho telefônico, whatsapp, bem como demais meios eletrônicos que vierem a surgir no decorrer da execução da ata e por acordo entre as partes.

5.5. Os itens, objeto deste TR, deverão ser entregues, sob demanda, no endereço indicado na Solicitação de Fornecimento, a qualquer hora do dia e em qualquer dia da semana, dia útil ou feriado. As coroas fúnebres deverão ser entregues em qualquer local do território nacional, de acordo com a Solicitação de Fornecimento.

5.6. A Presidência da República poderá, a seu critério, definir os tipos de flores que comporão os itens.

5.7. As coroas fúnebres entregues no Distrito Federal e nos outros Estados deverão estar colocadas em evidência com uso de tripés.

5.8. As mensagens a serem colocadas, nas coroas fúnebres, deverão seguir rigorosamente o conteúdo enviado pela Presidência da República.

5.9. No momento da entrega, a Presidência da República fará a fiscalização por meio de servidor indicado na Solicitação de Fornecimento, o qual observará as condições gerais dos itens solicitados, em especial a quantidade, qualidade e composição das peças. Havendo divergência entre os produtos entregues e a Solicitação de Fornecimento, a Contratada será informada imediatamente e, havendo tempo hábil, antes do evento, deverá providenciar a troca dos itens em que for identificada a divergência. Não havendo tempo hábil para a confecção de novos itens, a Contratante poderá glosar na Nota Fiscal/Fatura, o valor dos itens que estiverem dissonantes com a solicitação.

5.10. Na hipótese dos itens e, principalmente, das coroas fúnebres, serem entregues em locais onde não seja viável a vistoria, a Contratante enviará foto (impressa ou digital, com data e hora), por e-mail ou outro meio eletrônico, que comprove o local e o tipo de item/coroa fúnebre que foi entregue.

5.11. Caso solicitado pela Presidência da República, deverão ser informados os nomes dos funcionários e a placa do veículo de transporte utilizado pela Contratada na entrega.

5.12. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 1 (uma) hora, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Local de execução do objeto

5.13. As entregas serão realizadas no Distrito Federal e, no caso das coroa Fúnebre, poderá ser solicitada a entrega em todo o território nacional.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato decorrente do registro de preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato decorrente do registro de preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após o aceite ou retirada da Nota de Empenho, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Rotinas de Fiscalização

6.6. A execução do contrato decorrente do registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato decorrente do registro de preços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato decorrente do registro de preços, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato decorrente do registro de preços todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato decorrente do registro de preços, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato decorrente do registro de preços nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato decorrente do registro de preços sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.14. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.17.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato decorrente do registro de preços contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da solicitação de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.17.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato decorrente do registro de preços e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.17.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.17.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.17.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.17.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.17.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato decorrente do registro de preços.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme tabela abaixo:

Código	Ocorrências	Pontuação	Número de Ocorrências
1	Pontualidade: atraso na entrega do(s) arranjo(s) ou Flores;	5,5	
2	Diculdade de comunicação com a CONTRATADA (para cada dia);	1	
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização do contrato, sem motivo justificado;	3	
4	Descumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização ou normas internas da PR;	3	
5	Deixar de apresentar informações solicitadas pela gestão / fiscalização do contrato;	1	
6	Incompletude: Entregar arranjos que possuam um quantitativo de flores menor que o estabelecido no Termo de Referência. (por arranjo);	4	
	Qualidade: Entregar arranjos que não atendem aos padrões de qualidade estabelecidos, incluindo a frescura e a aparência geral das flores,		

7	a limpeza dos arranjos e a presença de qualquer dano ou murcha. Ou que não respeitem critérios como o tipo de flores, cores, tamanho, estilo e quantidade necessária.	4	
---	---	---	--

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para o fornecimento do objeto, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação simultânea de outros mecanismos destinados à avaliação do cumprimento de prazos e da qualidade dos itens fornecidos.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. Faixas de Pagamento (pontuação):

- Menor ou igual a 3: 100% da fatura.
- Maior que 3 até 5: 98% da fatura.
- Maior que 5 até 8: 95% da fatura.
- Maior que 8 até 10: 93% da fatura.
- maior que 10: 90% da fatura.

Do recebimento

7.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 90 (noventa) minutos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.7. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento

7.10. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.12.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice - IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - de correção monetária.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

7.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à

regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

7.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/06/2025.

7.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por hora de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 8 (oito) horas.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação. 8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções

aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO DO GRUPO.

Forma de Fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo DecretoLei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

- 9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

- A licitante deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento, atual ou pretérito, de flores e/ou arranjos similares ao objeto ora licitado, contendo, no mínimo, as seguintes características::
 - Valor correspondente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação;
 - Período mínimo de execução de 1 (um) ano.
 - Para fins de atendimento a esta exigência, entende-se como objeto similar o fornecimento de arranjos florais ou flores avulsas.

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram executados, entre outros documentos.

9.31.5 Os atestados deverão referir-se a fornecimento de flores ou arranjos no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.31.5.1. A exigência de atestado de capacidade técnica, que comprove a execução anterior de fornecimento de flores e arranjos, justifica-se pela necessidade de se obter de um padrão de qualidade e estética compatível com o ambiente institucional, pois os arranjos florais e flores avulsas são utilizados em eventos, solenidades oficiais, recepções de chefes de Estado, autoridades e convidados, além de comporem a ambientação de espaços representativos da Administração Pública Federal. É imprescindível assegurar que a empresa fornecedora possua experiência prévia que comprove sua capacidade de atender ao nível de qualidade exigido para tais eventos.

Documentação complementar para cooperativas

9.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução do objeto;

9.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: 9.32.6.1. ata de fundação;

9.32.6.1. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.32.6.2. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.32.6.3. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.32.6.4. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.32.6.5. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.32.6.6. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 650.817,50 (seiscentos e cinquenta mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2025.

12. ANEXO I

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite da Nota de Empenho pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. O referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº14.133/2021;

1.3.2. O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.5. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.6. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.1.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.1.20. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

4.1.21. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.26. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

5.2. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.3.3. Indenizações e multas.

5.4. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.5. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSO

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Distrito Federal, Seção Judiciária de Brasília para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

13. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital , no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOHN CARLOS BENICIO GOMES

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 10/09/2025 às 12:06:05.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar 67/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 00088.000231/2024-86

2. Descrição da necessidade

2.1. A contratação é necessária pelos seguintes motivos:

- 2.1.1. A Presidência não dispõe de pessoal qualificado para a confecção dos arranjos florais, nem dos materiais necessários para fornecer os produtos descritos no Objeto.
- 2.1.2. A Presidência da República frequentemente recebe personalidades importantes, como chefes de estado, delegações diplomáticas, políticos e artistas. Em certos eventos, é preciso seguir protocolos e costumes, incluindo a decoração do local com arranjos e flores ornamentais.
- 2.1.3. Por haver necessidade de se adquirir material a ser utilizado na ornamentação de eventos com a presença das personalidades já mencionadas, bem como, entrega em datas natalícias, falecimentos de autoridades e arranjos para o Gabinete Pessoal e residências oficiais.
- 2.1.3. Há necessidade de adquirir material para ornamentar eventos com as personalidades mencionadas, bem como para entrega em ocasiões como aniversários, falecimentos de autoridades, e para arranjos e flores solicitados pelo Gabinete Pessoal e Residências Oficiais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Serviços Gerais	Erlandio Leite Paulino

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. A Equipe de Planejamento da Contratação verificou que não existem, na Secretaria de Administração, outras contratações relacionadas ou interdependentes com o objeto desta contratação.
- 4.2. A empresa CONTRATADA deverá manter um controle rigoroso de todos os itens fornecidos à CONTRATANTE e apresentar relatórios gerenciais sobre o fornecimento sempre que solicitado pela gestão do contrato ou pela equipe de fiscalização.
- 4.3. Não será necessária uma transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas, pois o serviço de fornecimento de flores e arranjos florais é considerado comum e de baixa complexidade.
- 4.4. Não foram encontradas outras soluções de mercado além do modelo de contratação proposto.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

- 4.5. Dada a natureza do objeto (arranjos florais e itens relacionados), que visa atender demandas do Gabinete Pessoal ao longo do ano, é mais conveniente adquiri-lo por meio de entregas parceladas. Não é possível definir antecipadamente a quantidade exata que será demandada pela Administração, pois não há datas fixas para as solicitações.
- 4.6. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pelas características do serviço, que envolve solicitações frequentes, conforme previsto no Art. 3º, incisos I e II, do Decreto nº 11.462/2023.

4.7. A permissão para adesão à ata de registro de preços durante sua vigência deve ser restrita aos órgãos da Presidência da República. Isso se deve à especificidade da contratação, cujo escopo foi definido para atender aos eventos do Gabinete do Presidente da República.

4.7.1. Conforme o Art. 15, inciso XI, do Decreto 11.462/2023, não será permitida a adesão posterior de órgãos não participantes à Ata de Registro de Preços. A exceção são os órgãos integrantes da estrutura da Presidência da República, pois a Coordenação de Serviços Gerais não tem capacidade para gerenciar adesões externas.

4.8. Gerenciar uma Intenção de Registro de Preços (IRP) para incluir outros órgãos se mostra inviável para a Presidência da República, devido às responsabilidades adicionais que isso acarretaria como órgão gerenciador, conforme detalhado no Art. 7º do Decreto nº 11.462/2023, incluindo:

- Consolidar estimativas de consumo.
- Adequar termos de referência para padronização.
- Confirmar concordância dos participantes com o objeto e quantitativos.
- Gerenciar a ata.
- Conduzir negociações de preços.
- Aplicar penalidades por infrações na licitação ou descumprimento da ata/contrato.

4.8.1. Considerando que toda a gestão da Ata de Registro de Preços (ARP) ficaria a cargo da Presidência e que esta Coordenação não possui servidores suficientes para tais tarefas, opta-se por não permitir a participação de outros órgãos e entidades nesta licitação.

4.8.2. Também não será permitida a adesão tardia ("carona") a este registro de preços.

4.9. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses a partir da data de sua assinatura.

CrITÉRIOS de Sustentabilidade

4.10. Além dos critérios de sustentabilidade já mencionados na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

1. Os bens devem ser feitos, total ou parcialmente, de material reciclado, atóxico e biodegradável (conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2).
2. Devem ser observados os requisitos ambientais para certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental.
3. Os bens devem ser acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, usando materiais recicláveis para garantir proteção durante transporte e armazenamento.
4. Os bens não devem conter substâncias perigosas (como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, PBBs, PBDEs) em concentração acima da recomendada pela diretiva RoHS.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Devido à especificidade dos itens, a pesquisa de preços para esta licitação foi realizada por meio de consulta direta a fornecedores.

5.2. Foram solicitadas cotações a mais de 90 fornecedores, dos quais, apenas dois apresentaram propostas (conforme Anexo SEI nº 6758317).

5.2.1. Em atendimento ao princípio da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, foram realizados todos os esforços cabíveis para a condução de ampla pesquisa de preços referente ao objeto em questão. Contudo, a natureza específica do objeto – cujos quantitativos, variedades e especificações técnicas são singulares e não apresentam similaridade com contratações realizadas por outros órgãos – impôs limitações relevantes à obtenção de referências representativas no mercado.

5.2.2. A Administração realizou levantamento detalhado de potenciais fornecedores, com envio de solicitação de cotação a mais de 90 empresas, utilizando tanto meios eletrônicos quanto contato telefônico direto. Apesar das diligências, foram obtidas respostas de apenas dois fornecedores, o que demonstra a limitação do mercado fornecedor para o objeto pretendido.

5.2.3. Adicionalmente, alguns itens da contratação representam inovações em relação ao contrato anterior, dificultando ainda mais a obtenção de cotações múltiplas ou de comparações com bases históricas. Para mitigar esses desafios e garantir uma estimativa justa e adequada ao contexto, optou-se pela utilização da mediana dos preços obtidos, por ser o critério estatístico que melhor representa a realidade dos valores praticados e reduz a influência de eventuais distorções.

5.2.4. Diante da urgência da contratação e da necessidade de assegurar a continuidade do serviço, a Administração dará prosseguimento ao processo com base nos dois orçamentos válidos recebidos, bem como no preço registrado em Ata vigente. Reforçamos que todas as etapas foram devidamente documentadas, evidenciando a boa-fé, a diligência e a transparência da Administração na condução do processo.

5.3. Foi elaborado um Mapa Comparativo de Preços (nº 6758323) para definir os valores de referência. A estimativa do valor da contratação utilizou a mediana dos preços coletados.

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. O fornecimento será realizado sob demanda durante a vigência da ata. Cada pedido será formalizado por uma "Solicitação de Fornecimento" emitida pela área demandante (via gestor da ata), especificando tipos, quantidades, data e hora da entrega.
- 6.2. O prazo de entrega será indicado na solicitação. Para eventos agendados, os itens devem ser entregues no local designado com pelo menos 1 hora de antecedência do início da solenidade.
- 6.3. Em casos de demandas urgentes e imprevistas, os itens devem ser entregues no local designado no prazo máximo de 2 horas (para o Distrito Federal) ou 4 horas (para entregas Interestaduais), contados a partir do recebimento da Solicitação de Fornecimento.
- 6.4. A Solicitação de Fornecimento pode ser enviada por e-mail, mensagem telefônica, WhatsApp ou outros meios eletrônicos acordados entre as partes.
- 6.5. Os itens devem ser entregues no endereço indicado na Solicitação, a qualquer hora e em qualquer dia (útil ou feriado). Coroas fúnebres devem ser entregues em qualquer local do território nacional, conforme a solicitação.
- 6.6. A Presidência da República pode definir os tipos de flores a serem usados nos arranjos.
- 6.7. As coroas fúnebres entregues (no DF e outros estados) devem ser expostas em tripés.
- 6.8. As mensagens nas faixas das coroas fúnebres devem seguir exatamente o texto enviado pela Presidência da República.
- 6.9. No momento da entrega, um servidor indicado na Solicitação fará a fiscalização, verificando quantidade, qualidade e composição dos itens. Se houver divergência, a Contratada será informada imediatamente e deverá providenciar a troca, se houver tempo hábil antes do evento. Caso não haja tempo, a Contratante poderá descontar o valor dos itens não conformes da Nota Fiscal/Fatura.
- 6.10. Se a entrega (especialmente de coroas fúnebres) ocorrer em local onde a vistoria imediata não for viável, a Contratante enviará foto (com data e hora) por meio eletrônico como comprovante do local e tipo de item entregue.
- 6.11. Se solicitado, a Contratada deverá informar os nomes dos funcionários e a placa do veículo usado na entrega.
- 6.12. Os bens podem ser rejeitados (total ou parcialmente) se estiverem em desacordo com o Termo de Referência e a proposta. Nesses casos, devem ser substituídos em até 1 hora após a notificação, às custas da Contratada, sem prejuízo de penalidades.

Local da Prestação dos Serviços

- 6.13. Os serviços (entregas) serão prestados no Distrito Federal. No caso de coroas fúnebres, a entrega pode ser solicitada em todo o território nacional.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1. A seguir, a estimativa das quantidades, conforme Mapa Comparativo de Preços (SEI 6758323).

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Qtd
1	Arranjo floral para centro para compor decoração de mesa retangular, medindo 60 cm de comprimento por 20 cm de largura e 20 cm de altura, contendo no mínimo 40 flores nobres como callas, narciso, jacinto, hortênsia, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gérbera, lisianthus, íris, tulipa, antúrio, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo, orquídea e folhagens como eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia. Os arranjos deverão ser entregues em bases.	Unidade	20
	Arranjo floral em estilo contemporâneo para compor decoração de mesa de buffet ou		

2	café, medindo 1 metro de altura, com 60 cm de diâmetro, com elementos pendentes, composto por no mínimo 80 unidades de flores nobres de 1ª qualidade, tipo: callas, narciso, jacinto, hortênsia, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gérbera, lisianto, íris, tulipa, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo, cravínea, orquídea e e folhagens como eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia.	Unidade	15
3	Arranjo floral para decoração de plenário em estilo retangular, tipo jardineira, medindo 1,50 m de comprimento por 30 cm de largura e 30 cm de altura, composto por no mínimo 48 flores nobres de 1ª qualidade, tipo: callas, narciso, jacinto, hortênsia, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gérbera, lisianto, íris, tulipa, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo, orquídea e folhagens como eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia.	Unidade	15
4	Arranjo floral para eventos formais, desenvolvido para mesa de 20 lugares, em estilo trilha, composto por, no mínimo 1,50 m de comprimento vinte centímetros de altura e 25 cm de largura, contendo o mínimo de 48 flores nobres de 1ª qualidade, tipo: callas, narciso, jacinto, hortênsia, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gérbera, lisianto, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo, cravínia, orquídea e folhagens como eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia.	Unidade	20
5	Buquê com apresentação artística para homenagens com aproximadamente 50 cm de diâmetro por aproximadamente 30 cm de comprimento, contendo o mínimo de 24 unidades flores nobres de 1ª qualidade, tipo: callas, narciso, jacinto, hortênsia, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gérbera, lisianto, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, cravo, orquídea. Flores tropicais de 1ª qualidade, tipo: azaleia, alpinia, mini abacaxi, bastão do imperador, entre outras e folhagens como eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia.	Unidade	30
6	Coroa fúnebre ou Corbélia – ENTREGA LOCAL (Distrito Federal), em formato oval ou redondo, a ser especificado pelo demandante, medindo, no mínimo, 2,00 m de altura por 1,50 m de largura, com, no mínimo, 200 flores nobres de 1ª qualidade, tipo: callas, narciso, jacinto, rosa, copo de leite, lírio, crisântemo, gérbera, lisianto, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo, orquídea, com e folhagens como eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia. Acompanha faixa de homenagem escrita. O item deverá ser entregue no local estabelecido pelo demandante.	Unidade	20
	Coroa fúnebre ou Corbélia – ENTREGA INTERESTADUAL, em formato oval ou redondo, a ser especificado pelo demandante, medindo, no mínimo, 2,00 m de altura por 1,50 m de largura, com, no mínimo, 200 flores nobres de 1ª qualidade, tipo: callas,		

7	narciso, jacinto, rosa, copo de leite, lírio, crisântemo, gérbera, lisianto, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo, orquídea, com e folhagens como eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia. Acompanha faixa de homenagem escrita. O item deverá ser entregue no local estabelecido pelo demandante.	Unidade	50
8	Orquídea Phalaenopsis – Unidade. Com floração nova, tamanho mínimo entre 40 cm a 50 cm de altura. As flores deverão possuir aproximadamente 4cm de diâmetro, em cores variadas. Deverá ser plantada em caxepô, conforme tipos de base descritos no item 4.2.1, com acabamento artístico (com casca de madeira, musgo, mini samambaia, mini folhagem verde).	Unidade	50
9	Arranjo de orquídea phalaenopsis, contendo, no mínimo, 05 unidades, floração nova, tamanho entre 40 cm a 50 cm de altura e as flores deverão possuir aproximadamente 4 cm de diâmetro, em cores variadas. Deverão ser plantadas em caxepô, conforme tipos de base descritos no item 4.2.1, com acabamento artístico (com casca de madeira, musgo, mini samambaias ou mini folhagens verdes). A floração deverá possuir uma durabilidade de, no mínimo, 20 (vinte) dias.	Unidade	10
10	Árvore de natal artificial, aproximadamente 3m de altura por 1,50 m de base, decorada de forma artística, com enfeites de motivo natalinos à escolha do demandante, tais como: festão, bolas coloridas, brocadas ou lisas, em plástico ou fibra de vidro, anjos e Papai Noel de diversos tamanhos e formatos, lâmpadas elétricas coloridas (pisca pisca), laços de cetim em diversos em tecidos lisos e bordados, guirlandas, gnomos, velas, com saia em veludo vermelho ou verde. A quantidade de enfeites deve estar alinhada com o tamanho da árvore e respeitar os seguintes requisitos: beleza, harmonia e proporcionalidade.	Unidade	5
11	Arranjo para centro de mesa redonda, em estilo peteca, medindo no mínimo 50 cm (cinquenta centímetros) de diâmetro por 20 cm (vinte centímetros) de altura, com no mínimo 48 unidades de flores nobres tipo: callas, narciso, boca de leão, astromélias, hortênsia, jasmim, rosas, angélica, copo de leite, lírio, gérbera, lisianto, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio, gipsofila, cravo e orquídeas, nas cores estabelecidas pelo demandante, além de e folhagens como costela de adão, filodendros, eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia. .	Unidade	10
12	Arranjo floral em estilo artístico contemporâneo para grandes espaços, com formato irregular, arqueado, medindo aproximadamente, 1m de altura por 80 cm de diâmetro, composto por flores tropicais e sazonais - mínimo de 60 flores nobres, tais como: callas, narciso, jacinto, hortênsia, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gérbera, lisianto, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão,	Unidade	10

	gipsofila, gladiolo (palma), cravo, cravínia, alpinia, bastão do imperador, rosas orquídea e folhagens como costela de adão, filodendros, eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia.		
13	Arranjo floral com frutas em estilo contemporâneo para centro de mesa retangular, medindo no mínimo 50 cm de comprimento, 25 cm de largura e 25 cm de altura, composto por aproximadamente, 24 unidades de frutas como limão siciliano, maçã tipo red, maçã tipo verde, pitayas. O arranjo deve ser composto por, no mínimo, 36 unidades de flores nobres, tipo: callas, narciso, jacinto, hortênsia, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gérbera, lisianthus, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo, orquídea e folhagens como costela de adão, filodendros, eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia.	Unidade	10
14	Arranjo floral com frutas em estilo contemporâneo para centro de mesa retangular, medindo no mínimo 70 cm de comprimento, 25 cm de largura e 25 cm de altura, composto por aproximadamente, 36 unidades de frutas como limão siciliano, maçã tipo red, maçã tipo verde, pitayas. O arranjo deve ser composto por, no mínimo, 48 unidades de flores nobres, tipo: callas, narciso, jacinto, hortênsia, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gérbera, lisianthus, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo, orquídea e folhagens como costela de adão, filodendros, eucalipto, ruscus, murta, fitosporo ou folha de camélia.	Unidade	20
15	Arranjo estilo jardineira para centro de mesa retangular, medindo no mínimo 70 cm (setenta centímetros) de comprimento, 25cm (vinte e cinco centímetros) de largura e 20cm (vinte centímetros) de altura, composto por no mínimo 60 unidades de flor nobre, tipo: callas, narciso, jacinto, calandivia, hortência, jasmim, rosa, copo de leite, lírio, gérbera, lisianto, íris, tulipa, girassol, estrelícia, antúrio vermelho e verde, astromélia, boca de leão, gipsofila, gladiolo (palma), cravo e orquídea, complementos e 36 unidades de frutas da estação (3 a 4 tipos de frutas).	Unidade	20
16	Alcachofra (Pacote)	Unidade	15
17	Alecrim (Pacote)	Unidade	10
18	Alpinia (Pacote)	Unidade	20
19	Anemone (pacote/caixa)	Unidade	10
20	Asclepias (pacote)	Unidade	10
21	Aspargo Vassourinha (Pacote)	Unidade	20
22	Aster (Pacote)	Unidade	20
23	Astromélia - cores (Pacote)	Unidade	75
24	Avencas (pacote)	Unidade	10
25	Azaleia pt 14 (Pote)	Unidade	15

26	Barba de velho (saco)	Unidade	25
27	Bastão-do-imperador (rosa e vermelho) (Pacote)	Unidade	15
28	Boca-de-leão (Pacote)	Unidade	30
29	Bromélia aérea (pacote/caixa)	Unidade	10
30	Bromélia africanas rosa e branca (Pote)	Unidade	10
31	Bromélia Cynaroide (Pacote)	Unidade	10
32	Bromélia variadas pt 14 (Pote)	Unidade	20
33	Callas (Pacote)	Unidade	15
34	Celosia - cores (Pacote)	Unidade	20
35	Copo-de-leite (Pacote)	Unidade	15
36	Cravinas (Pacote)	Unidade	15
37	Cravo - cores (Pacote)	Unidade	15
38	Crisântemo Anastasia (Pacote)	Unidade	10
39	Crisântemo Anastasia (Pacote)	Unidade	15
40	Crisântemo Margarida (pacote)	Unidade	15
41	Crisântemo pompom (pinochio) (Pacote)	Unidade	15
42	Cúrcuma cores variadas (Pacote)	Unidade	60
43	Dracena Alba / roxa - folha (Pacote)	Unidade	20
44	Echeveria PT 15 (pacote)	Unidade	20
45	Estrelícia (Pacote)	Unidade	20
46	Eucalipto (Pacote)	Unidade	60
47	Flor da Alcachofra (Pacote)	Unidade	15
48	Flor de Gengibre (Pacote)	Unidade	30
49	Flor de Lótus (Pacote)	Unidade	10
50	Flor semente de Lótus (Pacote)	Unidade	10
51	Flores de Antúrio - branco (Pacote)	Unidade	20
52	Flores de Antúrio - rosa (Pacote)	Unidade	20
53	Flores de Antúrio - verde (Pacote)	Unidade	20
54	Flores de Antúrio - vermelho (Pacote)	Unidade	60
55	Flores Tropicais (Pacote)	Unidade	20
56	Folha de Antúrio (Pacote)	Unidade	15
57	Folha de Monstera (Pacote)	Unidade	15
58	Folha de Moréia (Pacote)	Unidade	15
59	Folhas de Camélia (Pacote)	Unidade	15
60	Fórmio (pacote)	Unidade	10
61	Fotinia (vermelhas e verde) (Pacote)	Unidade	20
62	Gérbera (Caixa)	Unidade	30
63	Gipsofila (Pacote)	Unidade	30
64	Girassol (verdes e amarelos) (Pacote)	Unidade	30
65	Gladiolus (Palma) (Pacote)	Unidade	20
66	Gloriosa (tipo cabo longo) (Pacote)	Unidade	10
67	Heliconia bihai (Pacote)	Unidade	30
68	Helicônia Chocolate (Pacote)	Unidade	20
69	Helicônia Golden Torch/Papagaio (Pacote)	Unidade	20
70	Helicônia papagaio (Pacote)	Unidade	20
71	Hortênsias coloridas (Pacote)	Unidade	30
72	Hypericum vermelho e verde (Pacote)	Unidade	30
73	Iris (Pacote)	Unidade	10
74	Íris azul (Pacote)	Unidade	10

75	Íris branca (Pacote)	Unidade	20
76	Jacinto (Pacote)	Unidade	10
77	Junco (Pacote)	Unidade	15
78	Leque G (Pacote)	Unidade	20
79	Leque M (Pacote)	Unidade	20
80	Leque P (Pacote)	Unidade	20
81	Limonium Lilás (pacote/caixa)	Unidade	10
82	Lírio (Pacote)	Unidade	10
83	Lírio Asiático - vermelho, rosa ou laranja (Pacote)	Unidade	10
84	Lírio Stargazer (Pacote)	Unidade	10
85	Lisianthus Eustoma (Pacote)	Unidade	30
86	Mini abacaxi / Ananás (Pacote)	Unidade	25
87	Mini-heliconias (Pacote)	Unidade	10
88	Mini-Orquídea Phalaenopsis (Pote)	Unidade	30
89	Mini-rosas - cores (Pacote)	Unidade	20
90	Molucela (Pacote)	Unidade	10
91	Musgo Branco Esfagno (saco)	Unidade	15
92	Musgo Fofão (Caixa)	Unidade	15
93	Musgo Verde Seco (saco)	Unidade	15
94	Narciso (Pacote)	Unidade	20
95	Orquídea Cattleya PT 15 Ceasa (Pote)	Unidade	15
96	Orquídea Cymbidium (Pote)	Unidade	50
97	Orquídea Dendrobium PT 12 Premium (Pote)	Unidade	40
98	Orquídea Denphal (Pote)	Unidade	40
99	Orquídea Oncidium Chuva de ouro (Pote)	Unidade	20
100	Orquídea Phalaenopsis coloridas (Pote)	Unidade	40
101	Orquídea Sapatinho (pote/pacote/caixa)	Unidade	20
102	Orquídeas (pote/pacote/caixa)	Unidade	20
103	Pitosporo (Pacote)	Unidade	15
104	Rosa Ambiance 40 cm (pacote)	Unidade	10
105	Rosas importadas Equatorianas (cabo longo) (Pacote)	Unidade	150
106	Rosas nacionais tipo exportação (cabo longo) - cores (Pacote)	Unidade	30
107	Rosas Spray - cores (Pacote)	Unidade	20
108	Rosas Vermelhas Samourai (Pacote)	Unidade	10
109	Roseira Pt 06 (pote)	Unidade	20
110	Ruscus (Pacote)	Unidade	30
111	Sementes de Cheflera (Pacote)	Unidade	15
112	Sementes de Ligustro (Pacote)	Unidade	50
113	Suculenta G (Pote)	Unidade	10
114	Suculenta M (Pote)	Unidade	10
115	Suculenta Orelha de elefante (Pote)	Unidade	10
116	Tango (Pacote)	Unidade	20
117	Tuias (pinheiros) (Pacote)	Unidade	10
118	Tulipas (Pacote)	Unidade	30
119	Urucum (Pacote)	Unidade	30
120	Vaso cachepô em rattam 25 X 19 cm	Unidade	5
121	Vaso decorativo em cerâmica estilo vietnamita medindo altura 24cm x 23 cm base 15cm	Unidade	10

122	Vaso decorativo em vidro estilo aquário 4,5 litros	Unidade	10
123	Vaso decorativo em vidro estilo aquário 9 litros	Unidade	10
124	Vaso decorativo em vidro transparente formato tubo cilíndrico medindo 30 cm x 10 cm	Unidade	10
125	Vaso decorativo em vidro transparente formato tubo cilíndrico medindo 40 cm X 14 cm	Unidade	10
126	Vaso decorativo em vidro transparente formato tubo cilíndrico medindo 60 cm x 30 cm	Unidade	10
127	Vaso estilo jardineira com alças em metal envelhecido medindo aproximadamente 80 x 40 cm	Unidade	10
128	Vaso estilo jardineira com alças em metal envelhecido medindo aproximadamente 50 x 30 cm	Unidade	10
129	Vaso vidro espelhado para arranjos 13,5x40cm	Unidade	5
130	Vime torto (Pacote)	Unidade	30
131	Xanadu (Pacote)	Unidade	20
132	Esponja Floral - Resina Fenólica Retangular, medindo aprox 23 cm X 10cm X 7 cm (Caixa)	Unidade	50

7.2. Se a validade da Ata de Registro de Preços for prorrogada (conforme Art. 84 da Lei 14.133/2021 e Art. 22 do Decreto 11.462/2023), a estimativa da demanda já considerou a possibilidade de renovação dos quantitativos, desde que o preço continue vantajoso e ocorra dentro do prazo de vigência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 650.817,50

8.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 650.817,50 (seiscentos e cinquenta mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta centavos, conforme planilha de pesquisa de preços anexa aos autos (Sei nº 6844519).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. No presente caso, a análise da demanda evidencia que o parcelamento em itens individuais (coroas fúnebres e arranjos florais decorativos) não se mostra adequado, em razão dos seguintes fundamentos:

9.2. A natureza do objeto (arranjos e flores) não permite o fracionamento por itens individuais, pois os bens são interdependentes e devem compor um ambiente harmonioso.

9.3. A compra dos itens separadamente poderia prejudicar a vantajosidade da contratação, uma vez que o preço total de vários itens adquiridos de um único fornecedor tende a ser inferior ao custo da soma de itens contratados isoladamente.

9.4. No modelo de execução da Presidência da República, os itens não são solicitados de uma só vez, mas sim para atendimento de demandas esporádicas em eventos e solenidades. O modelo contratual deve atender a essas necessidades eventuais, o que reforça a conveniência de se ter um único fornecedor responsável.

9.5. A contratação de uma única empresa para todos os itens (agrupamento em lote único) se justifica pela eficiência administrativa, centralização do gerenciamento, acompanhamento, fiscalização e logística, gerando economia de escala e padronização da qualidade, nos termos do §1º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 12 do Decreto nº 11.462/2023.

9.5. O agrupamento também previne problemas de gestão contratual, como entregas frustradas de pequenos volumes ou valores irrisórios, que poderiam ser economicamente inviáveis para a contratada, ocasionando atrasos, recusas ou até a necessidade de instauração de processos sancionadores. O agrupamento, portanto, contribui para a redução de custos logísticos e administrativos.

9.6. Dadas as especificidades da Presidência da República e a necessidade de coordenação dos serviços, o agrupamento dos itens em um único grupo mostra-se a solução mais adequada para assegurar customização, uniformização e racionalização de custos e procedimentos.

9.7. Dessa forma, justifica-se a não adoção do parcelamento do objeto, em razão da inviabilidade técnica e econômica, bem como da conveniência administrativa de se manter a contratação em lote único, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade (art. 5º e art. 11 da Lei nº 14.133/2021).

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000004/2025;
- Data de publicação no PNCP: 15/05/2024;
- Id do item no PCA: 402;
- Classe/Grupo: 8710 - FORRAGENS E ALIMENTOS;
- Identificador da Futura Contratação: 110001-268/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Atender à necessidade de ornamentação de eventos com personalidades, entregas em datas comemorativas ou funerais de autoridades, e fornecimento de arranjos para o Gabinete Pessoal, Residências Oficiais e Gabinetes Regionais.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não há previsão de impactos ambientais significativos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade se baseia neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOHN CARLOS BENICIO GOMES

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 09/09/2025 às 14:58:38.

ERLANDIO LEITE PAULINO

Equipe de Planejamento

SHELIDA VASCONCELOS BRAZ

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 09/09/2025 às 14:57:21.